



Poder Judiciário
Estado do Paraná
Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
5ª Vara da Fazenda Pública

Autos nº001453-64.2017.8.16.0179

1. Trata-se de **Interdito Proibitório** movido por **MUNICÍPIO DE CURITIBA** em face do **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST), DEMAIS MOVIMENTOS** e indivíduos que se encontrarem nos locais indicados na inicial, alvos de possível molestamento de posse. Argumenta que, conforme informação obtida pela Secretaria de Segurança Pública, milhares de manifestantes oriundos de outras cidades e Estados se deslocarão até as proximidades da Justiça Federal, local do depoimento do ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva e que há notícias de que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra requereu local para montar sua estrutura e acampamento, sob pena de ocupar as ruas e praças de Curitiba.

Acrescenta, ainda, que caso a ocupação dos locais próximos à Justiça Federal aconteça, a segurança da população daquela região restará comprometida, uma vez que há ameaça de violência iminente.

Requer, a fim de garantir a segurança da população no entorno da Justiça federal, bem como a preservação da ordem pública e ainda assegurar o funcionamento do Poder Judiciário, a concessão da medida liminar para a expedição de mandado proibitório a fim de obstar a passagem de pedestres e veículos nas áreas delimitadas em vermelho e amarelo no mapa anexo, bem como montagem de estruturas e acampamentos nas ruas e praças da cidade.

É o relato do necessário.

DECIDO.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, dispõe:





Poder Judiciário
Estado do Paraná
Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
5ª Vara da Fazenda Pública

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;”

A liberdade de ir e vir, bem como direito à manifestação coletiva, assegurada individualmente (art. 5º, inciso IV, CF) e o direito de reunião são direitos fundamentais, constitucionalmente garantidos pela Carta Magna Brasileira.

Não obstante, nenhum direito ou garantia deve ser considerado absoluto. Sobre o tema, oportuno citar trecho da decisão de lavra do Excelentíssimo Ministro Relator, Celso de Mello, no MS 23.452/RJ, DJ 12.05.2000:

“(...) Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição.

O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estão sujeitas – e considerado o substrato ético que as informa – permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em





Poder Judiciário
Estado do Paraná
Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
5ª Vara da Fazenda Pública

detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros.”

(grifei)

Na situação sob análise há que se ponderar a primazia do interesse público envolvido e o exercício dos direitos fundamentais previstos no art. 5º, inciso XVI, da Constituição Federal.

Os direitos fundamentais consistentes na liberdade de pensamento e de reunião/manifestação não podem se sobrepor ao direito de locomoção, ao direito à segurança e à propriedade. A garantia dos direitos fundamentais impede a aplicação integral de um em detrimento do outro. Há que se ponderar os interesses envolvidos no caso concreto, como ensina o Min. Luis Roberto Barrozo: “(...)não existe hierarquia em abstrato entre princípios, devendo a precedência relativa de um sobre o outro ser determinada à luz do caso concreto (...).”

Pois bem. Da análise da situação concreta e diante do interesse público envolvido, principalmente no tange à garantia do funcionamento com segurança do Poder Judiciário, a segurança dos próprios manifestantes e dos moradores do entorno do Fórum da Justiça Federal, necessária a limitação parcial do acesso às imediações do Justiça Federal, nos termos do plano apresentado nos movimentos 1.4 e 1.5.

O art. 567 do Código Civil Brasileiro dispõe o seguinte: "*O possuidor direto ou indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito.*"

As alegações do autor, fundamentadas pelas informações levantadas pela Polícia Militar (relatório 1.4) denotam o justo receio de que a posse dos bens localizados no entorno da sede da Justiça Federal seja molestada devido ao grande número de pessoas esperadas na data designada para a audiência, fato amplamente divulgado pela mídia nacional.





Poder Judiciário
Estado do Paraná
Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
5ª Vara da Fazenda Pública

Ademais, da análise dos documentos trazidos na inicial, verifica-se que são esperadas aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) pessoas nesta cidade em razão da oitava do ex-presidente, fato que, por si só, já ensejaria a necessidade de planejamento estratégico da Polícia como medida preventiva, a fim de evitar invasão de bens públicos e privados, o tumulto e confronto entre os manifestantes, além de garantir o acesso à Justiça Federal apenas das pessoas autorizadas para a realização do ato judicial, dos moradores às suas residências e da imprensa previamente cadastrada nas imediações da sede da Justiça Federal, no período compreendido entre 23h do dia 08 de maio de 2017 às 23h do dia 10 de maio de 2017.

Em relação ao pedido para que se obste a montagem de estruturas e acampamentos nas ruas e praças desta cidade, há que se diferenciar a garantia de livre manifestação da ocupação de bem público.

O direito de manifestação não se confunde com a possibilidade de ocupação de bens públicos ou particulares, sendo certo que, diante do elevado número de pessoas envolvidas, muito embora seja obstada a ocupação de ruas e praças públicas, é salutar que o requerente, juntamente com os movimentos indicados na peça inaugural, negocie soluções a fim de garantir o direito de manifestação, com as limitações ora deferidas.

Neste sentido:

“ ADMINISTRATIVO. BEM PÚBLICO. OCUPAÇÃO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. A garantia constitucional do direito de reunião não se estende à ocupação, ainda que provisória, de bem público. (TRF4, AG 2001.04.01.066258-7, QUARTA TURMA, Relator para Acórdão VALDEMAR CAPELETTI, DJ 16/01/2002)”

2. Diante do exposto, **defiro o pedido liminar** para determinar a expedição de mandado proibitório para obstar, **no período compreendido entre 23h do dia 08 de maio de 2017 às 23h do dia 10 de maio de 2017:**





Poder Judiciário
Estado do Paraná
Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
5ª Vara da Fazenda Pública

- a passagem de pedestres e veículos na área delimitada em vermelho no mapa do mov.1.5, sob pena de multa diária de R\$100.000,00 (cem mil reais);
- a passagem de veículos, exceto os cadastrados, nas áreas delimitadas em amarelo no mapa do mov. 1.5, sob pena de multa diária de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais);
- a montagem de estruturas e acampamentos nas ruas e praças da cidade, sob pena de multa diária de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

3. Citem-se os réus, para, em 15 (quinze) dias, contestar a ação, nos termos do artigo 564 do CPC.

4. Ciência ao Ministério Público.

5. Tendo em vista a urgência da medida, intime-se pessoalmente o Procurador do Município.

Intimações e diligências necessárias.

Diele Denardin Zydek
Juíza de Direito Substituta

i Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 329.

